

O Partido Socialista do Chile e a questão do poder popular durante o governo de Salvador Allende (1970-1973)

Elisa de Campos Borges
Universidade Federal Fluminense
elisacborges@gmail.com

A problemática do poder popular suscitou intensos debates no interior da esquerda chilena durante a formulação do programa político do então candidato Salvador Allende, eleito presidente do Chile em 1970, e também durante o seu governo. A adoção da *via chilena ao socialismo* colocava como um dos principais desafios a implantação de uma nova estrutura de poder para o estado chileno.

O poder popular agregava as formulações sobre o que viria substituir a estrutura política do estado. No interior da Unidade Popular havia certo consenso de que, na economia, a transição ao socialismo deveria inicialmente ter como objetivo a nacionalização e estatização de setores estratégicos para enfraquecer o poder econômico e político das elites tradicionais. As diferenças no interior da Unidade Popular se davam em relação à intensidade dessas mudanças. No entanto, faltava uma formulação única de como seriam as transformações em relação ao poder político do estado. Cada partido e o próprio Allende tinham definições e projetos distintos, dificultando a condução única entre os socialistas.

Neste artigo, abordaremos o tema do poder popular na perspectiva do Partido Socialista (PS), diferenciando a visão do presidente do partido na década de 1970, Carlos Altamirano, da visão de Salvador Allende, presidente do país.

O Partido Socialista é fundado em 1933 por diversas organizações socialistas que surgiram nas primeiras décadas do século XX (*Acción Revolucionaria Socialista; Orden Socialista, Socialista Marxista, Socialista Unificado*, dentre outros) e por setores da classe média chilena. Segundo o autor Luis Corvalán Marquéz¹, o PS, considerava em seus documentos políticos que o socialismo era um objetivo imediato e, portanto, criticava a linha política dos comunistas que indicava a necessidade de realizar uma etapa democrático-burguesa antes da revolução socialista. Também era crítico do alinhamento ao internacionalismo comunista, apostando na necessidade de maior

análise sobre as características da sociedade chilena para formular os caminhos para transição ao socialismo.

A declaração de princípios do Partido Socialista (1934)² afirmava que o partido tinha como referência teórica o marxismo enriquecido com as referências da prática social. As análises do sistema capitalista no Chile em conjunto com aporte teórico marxista levaram o partido a afirmar que a classe dominante estava representada na estrutura do estado e, portanto, era necessário rompe-la para que os trabalhadores conquistassem o bem-estar econômico e se libertassem do sistema de “opressão” de classe. E, em substituição às velhas características presentes no estado chileno, dever-se-ia instituir, segundo o artigo 4º do documento, a ditadura dos trabalhadores:

[...] 4º.- Dictadura de trabajadores. Durante el proceso de transformación total del sistema, es necesaria una dictadura de trabajadores organizados. La transformación evolutiva por medio del sistema democrático no es posible, porque la clase dominante se há organizado en cuerpos civiles armados y ha erigido su propia dictadura para mantener a los trabajadores en la miseria y en la ignorancia e impedir su emancipación.³

No entanto, na prática, o Partido Socialista foi se moldando enquanto um partido que buscava nas disputas eleitorais a sua principal estratégia política, mesmo que no discurso aparecessem retóricas rupturistas. Ou seja, no cotidiano, as características das atuações dos socialistas e das ações partidárias eram a busca pelo voto, a atuação parlamentar e a participação nos movimentos sociais. A prática de preparação dos seus militantes para a tomada de poder por meio da violência armada não se materializava enquanto ação política.⁴

Em 1937, por exemplo, o Partido Socialista participou de sua primeira eleição parlamentar, elegendo 19 deputados e 4 senadores. Apesar dos decréscimos eleitorais nos anos posteriores, os socialistas apostavam no espaço parlamentar para consolidar o partido e para realizar mudanças importantes no país. Os socialistas participaram de todas as eleições até o golpe de estado de 1973, conforme o quadro eleitoral abaixo:

Representação parlamentar do PS (1937-1973)

Ano de Eleição para Deputado	Nº de Votos	
1937	46050	19
1941	75500	15
1945	32314	6
1949	41679	9
1953	41676	9
1957	38783	7
1961	149122	12
1965	241593	15
1969	294448	15
1973	687600	27

Fonte: http://historiapolitica.bcn.cl/partidos_politicos/wiki/Partido_Socialista_de_Chile#cite_note-0

Em 1967, o XVII Congresso do Partido Socialista, que elegeu Aniceto Rodríguez Arenas, aprovou por unanimidade uma resolução tida como uma das mais radicais sobre a política nacional:

[...] 1. O Partido Socialista, como organização marxista-leninista, propõe a tomada de poder como objetivo estratégico a cumprir por essa geração, para instaurar um Estado Revolucionário que liberte o Chile da dependência e do atraso econômico e cultural e inicie a construção do socialismo.

2. A violência revolucionária é inevitável e legítima. Resulta necessariamente do caráter repressivo e armado do estado de classe. Constitui a única via que conduz a tomada de poder político e econômico e a sua ulterior defesa e fortalecimento. Só destruindo o aparato burocrático e militar do estado burguês, pode-se consolidar a revolução socialista.

3. As formas pacíficas ou legais de luta (reivindicativas, ideológicas, eleitorais, etc.) não conduzem por si mesmas ao poder. O Partido Socialista as considera como instrumentos limitados de ação, incorporadas ao processo político que nos leva à luta armada.⁵

Neste mesmo congresso, o PS afirmava que a revolução cubana havia demonstrado que era possível chegar ao poder com a tática da guerrilha e ainda apresentava a aliança com a burguesia como uma questão a ser superada já que demonstrou que se portava como uma força contrarrevolucionária. Neste sentido, os protagonistas da revolução seriam os trabalhadores em conjunto com camponeses e com a participação das classes médias.

Mesmo colocando a luta armada como uma necessidade para a revolução socialista, o partido nunca levou a sério essa questão. Seguiu participando das

eleições na chamada estrutura do “estado burguês”. Ou seja, o PS não atuou no sentido de colocar em prática a tese da via armada, mesmo que conjugada com a via eleitoral. Portanto, sua estratégia programática representava mais uma retórica que encerrava em si mesmo.

Essa dualidade refletida entre programa e prática do PS esteve presente durante o governo da Unidade Popular representando tensões entre o presidente Salvador Allende, o Partido Socialista e o movimento popular.

O conceito de Poder Popular no programa da UP é bastante vago, talvez, justamente pela divergência latente das posições dos partidos políticos no interior da coalizão. Esta falta de consenso demonstra a ausência de um caminho claro para a constituição do estado popular no programa político da UP e durante o governo.⁶

Inicialmente, o programa da UP reconhecia que as transformações revolucionárias só seriam implantadas se o povo chileno participasse e exercesse efetivamente o poder. Apesar de denominar o “povo” como detentor do novo poder, a aliança de classes proposta pela UP estava dada no programa: operários, camponeses e setores médios progressistas da burguesia. Esse é um ponto central que não deve ser omitido pelas análises sobre as posições políticas do presidente Allende e da UP. Todas as propostas e medidas governamentais seriam delineadas a partir desta aliança social, que daria sustentação política para a instituição do novo Estado. No desenho institucional do programa de governo, em cada local de trabalho e nos bairros populares, seriam constituídos conselhos diretivos com representação direta da base social correspondente para que estes pudessem ir exercendo o poder. Já as organizações populares, como sindicatos, entidades estudantis, *poblaciones*, etc., assumiriam o papel de fiscalizadores dos conselhos e, caso necessário, poderiam intervir nos órgãos de poder. O programa político resumia que essa proposta significava uma nova concepção “en que el pueblo adquiere una intervención real y eficaz en los organismos del Estado.”⁷

O governo apostava na organização do povo, mas, sobretudo, dos trabalhadores ligados às principais atividades produtivas do país. Assim, a nova estrutura de poder, segundo o programa, seria construída por um processo de democratização em todos os níveis e pela mobilização organizada das “massas”, num movimento de incorporação do povo ao poder estatal.

O programa ainda previa o desenvolvimento do Estado Popular que teria a Assembleia do Povo (Câmara Única) como órgão superior de poder e deveria ser estruturada em âmbito nacional, regional e local. Esses organismos locais e regionais teriam atribuições específicas além de plena independência e autonomia em relação às organizações populares. Entretanto, haveria um marco legal com normas específicas que determinariam as atribuições e responsabilidades do Presidente da República, dos ministros, da assembleia do povo, dos organismos regionais e locais de poder e dos partidos políticos, com o objetivo de assegurar a operatividade legislativa, a eficiência do governo e o respeito à vontade da maioria. As eleições para representantes desse sistema seriam realizadas a partir de um processo simultâneo.⁸

Para Salvador Allende, o Poder Popular significava pôr fim aos pilares nos quais

[...] se basan las minorías que, desde siempre, han condenado a nuestro país al subdesarrollo... es importante que cada uno de nosotros se compenetre de la responsabilidad común. Es tarea esencial del gobierno popular, o sea de cada uno de nosotros, repito, crear un estado justo, capaz de dar el máximo de oportunidades a todos los que convivimos en nuestro territorio.⁹

Em 1971, Allende voltou a dizer, corroborando a ideia expressa no programa da UP:

[...] Consolidar el poder popular equivale a volver más potentes los sindicatos, volviéndolos conscientes de que constituyen uno de los pilares fundamentales del gobierno. Queremos que cada trabajador comprenda que la teoría revolucionaria establece que no se destruye absoluta y totalmente un régimen o un sistema para construir otro; se toma lo positivo para superarlo, para utilizar esas conquistas y ampliarlas. Es conveniente que eso se entienda y se adentre en la conciencia de cada uno de ustedes.¹⁰

Ele ainda enfatizava que fortalecer o poder popular significava mobilizá-lo não somente para os eventos eleitorais, mas também para os enfrentamentos que se produziam todos os dias. E, fazendo referência ao principal eixo do programa, à instituição da APS e ao aumento da produtividade, ressaltava a necessidade de organizar o poder popular para ganhar a batalha da produção.

O conceito de poder popular para Allende não poderia ser outro senão aquele que estava no programa da UP, ou seja, organizar e incorporar na estrutura do Estado

os operários, os camponeses e os setores médios que representavam a aliança de classes presente no projeto da via chilena.

A história política de Allende está ligada diretamente à defesa da legalidade, do Estado Democrático, da política das alianças amplas e em oposição a qualquer tipo de esquema previamente definido. Portanto, era de se esperar que o *compañero* presidente resistisse a qualquer outro tipo de caminho que não aquele conjugado com sua trajetória política. Allende dizia que não era a escolha da forma como desenvolveria a “revolução” que determinaria seu êxito, mas a interpretação precisa dos problemas nacionais. Esta definiria o conteúdo que se daria ao processo. Por essas características, em sua concepção, era possível construir um caminho socialista novo, de “Chile para Chile”, que pudesse extrapolar as possibilidades teóricas para a luta revolucionária: foco, exército armado, guerra do povo, insurgência. No Chile, por exemplo, Allende afirmava que não havia a menor possibilidade de êxito na adoção de uma estratégia foquista ou de qualquer tipo de luta armada pelo histórico do desenvolvimento da democracia, o qual estabeleceu um sistema de representação que acomodava todas as forças políticas, da direita à esquerda, além do perfil de lealdade do exército ao regime democrático. Ainda afirmava que a UP não abria mão da luta de classes, deixando sempre claro que era um processo com vistas à mudança de regime, e ainda caracterizava o seu governo como democrático, nacional, revolucionário e popular.

Em sua interpretação, o enfraquecimento do poder político das elites viria a partir da sua debilidade no campo econômico. Por isso, o centro do processo revolucionário estava principalmente na formação da área social de produção.

A visão de Salvador Allende acompanhava a visão do programa, e nos parece até evidente o fato do presidente não concordar em hipótese alguma com a constituição de um poder popular que pudesse ultrapassar as representações reconhecidas e criadas por seu governo. Esse processo, caso ocorresse, poderia inclusive produzir uma crise do próprio governo que já não teria legitimidade em sua base política. A questão não era somente se o poder popular estava a favor do governo, mas justamente se estava vinculado e alinhado orgânica e ideologicamente com o governo.

Para Allende, o poder popular estava relacionado ao fortalecimento das entidades tradicionais e das novas organizações geradas pelo processo, e estas

deveriam vincular-se diretamente ao governo para que se tornassem um fator contra a burocracia e pudessem dotar o aparato estatal de dinamismo e força revolucionária, principalmente no setor produtivo. Esse processo fortaleceria as áreas econômicas sob o controle do Estado e enfraqueceria as oligarquias, dando ao país produtividade suficiente para avançar nas mudanças políticas, por meio da alteração da constituição do país, e criando uma Câmara Única na qual o povo continuaria a escolher democraticamente seus representantes. Segundo as convicções de Allende, as classes mais baixas e a burguesia progressista sempre escolheriam a maioria dos representantes dos partidos revolucionários. Lembremos que Allende sempre reafirmava que “revolução” significava passar o poder de uma classe minoritária para uma classe majoritária, romper com a dependência econômica, política e cultural, e que não poderia concebê-la como um poder paralelo à margem do governo popular ou contra ele.

A posição do PS em relação ao Poder Popular está repleta de contradições devido ao fato de este partido possuir tendências internas bem diferenciadas. Os seus dois principais líderes, Salvador Allende e Carlos Altamirano, tinham posições opostas quanto aos princípios da via chilena. Altamirano representava a posição oficial do partido, enquanto Allende representava a opinião do governo. Essa relação não era simples e significava um desafio tanto à política do PS quanto a do presidente, já que suas posições necessitavam ser mediadas com frequência.¹¹

O PS advertia, em documento aprovado em junho de 1969, para o perigo da estratégia “reformista” da via pacífica excessivamente presa aos processos eleitorais e à ação do parlamento. O P.S definiu, então, como linha política, a “Frente de Trabalhadores”, o que determinou os parâmetros para estabelecer alianças políticas.¹² Como consequência, adotou um programa de lutas contra os grandes monopólios econômicos, o latifúndio e o imperialismo, e recusava a aliança com a burguesia nacional em função da condição dependente desta em relação ao imperialismo e, portanto, da sua falta de autonomia para assumir a luta contra ele.¹³ O programa do PS reconhecia que o inimigo imediato da libertação nacional da América Latina era a burguesia de cada país aliada ao imperialismo. Assim, a política de alianças estabelecida pela UP já encontrava no PS um antagonista em potencial. O PS ainda criticou incisivamente os partidos e movimentos populares, sobretudo o movimento sindical, que atuavam para obter apenas reajustes salariais e conquistas

sociais sem utilizar um discurso ideológico anticapitalista. Afirmavam, por exemplo, que a CUT era unicamente um reflexo da atividade economicista e reformista dos partidos políticos.¹⁴

Para o PS, o movimento revolucionário deveria se adaptar orgânica, ideológica e militarmente à necessidade do enfrentamento armado, uma vez que a ruptura final só poderia acontecer por meio de força militar. O PS corroborava as ideias de criação de um controle operário e popular que se organizaria por meio de conselhos de trabalhadores com a função fundamental de elevar a consciência das massas para superar as lutas puramente reivindicativas. A partir daí, seria possível combinar as diversas lutas do operariado com as lutas pelo poder. O controle *obrero*, em um momento de crise, significaria o nascimento de germens de novo poder, inaugurando uma fase de dualidade de poderes. A contraposição de poderes se daria entre o conselho (Assembleia do Povo) e o parlamento burguês.

Altamirano, dirigente do PS, afirmou que a política do partido estava dirigida a ampliar a área social, criar novos canais de distribuição, impulsionar o poder popular, aumentar a participação dos trabalhadores, atuar com mais energia frente aos inimigos e não abandonar o caráter revolucionário do processo. Ressaltava ainda que não lhe restava dúvidas de que, na medida em que se radicalizasse o processo pela construção de uma nova sociedade, haveria um sério enfrentamento com as classes dominantes que, seguramente, recorreriam a qualquer medida para evitar a superação do capitalismo dependente.¹⁵

Altamirano ainda criticava, antes mesmo da homologação da candidatura de Salvador Allende nas eleições de 1970, que a política dos partidos revolucionários não poderia estar determinada exclusivamente por questões eleitorais. Tanto as eleições quanto a atividade parlamentar deveriam estar inseridas em uma estratégia revolucionária global cujo objetivo fundamental deveria ser a conquista do poder político para materializar a profunda vontade de mudanças da população. A ação parlamentar e a via eleitoral só poderiam ser úteis se estivessem integradas a uma estratégia geral revolucionária de tomada de poder.¹⁶

Essa política do PS, liderado por Carlos Altamirano, definia o poder popular como uma espécie de “gérmen” de poder emanado do povo e que teria sua origem a partir da criação ou da articulação de organismos de apoio ao governo popular. Esses

“germens” deveriam ganhar autonomia, ampliar objetivos e tomar consciência das suas possibilidades até tornarem-se poder real.

Em outubro de 1973, na avaliação dos socialistas, o poder popular se constituiu como uma resposta espontânea das massas, “*surgidas desde las bases*”¹⁷, para responder às novas tarefas apresentadas pela paralisação patronal. Estavam representados nessa avaliação os *Cordones Industriales* e os *Comandos Comunales*, e se articularam a eles os Conselhos Camponeses, as JAP, os Comitês de Proteção, os Comitês de Vigilância, etc. No entanto, reconheciam que os *Cordones Industriales* significavam uma das criações mais importantes da intensa luta de classes desse período e que, de forma progressiva, esses organismos ganharam autonomia, ampliaram seus objetivos e tomaram consciência quanto as suas responsabilidades até se tornarem elementos de pressão e de poder real. Todos os organismos que se desenvolveram no governo popular, na opinião do P.S., promoveram um processo inédito de “extraordinária” democratização da vida nacional e se converteram efetivamente em alternativas ao aparelho burguês do Estado.

Como orientação, o PS incentivava o desenvolvimento de todas as organizações constituídas no processo de outubro para convertê-las em instâncias de poder popular, cujo fortalecimento “*ponga en su lugar de una vez para siempre las instituciones del régimen burgués.*”¹⁸

Segundo o próprio documento aprovado no Plenário do PS, realizado na região de Algarrobo no mês de fevereiro de 1972, o poder popular não seria instituído por um ato supremo de governo, mas a partir das bases, principalmente dos operários e camponeses no decorrer da luta de classes.¹⁹ O poder popular deveria ser independente, mas não antagônico ao governo, e deveria gerar uma institucionalidade distinta da burguesa que permitiria em determinadas circunstâncias opor-se ao poder burguês. Ao mesmo tempo, o governo deveria estimular e fortalecer as novas organizações da classe. As reformas que resultassem da ação das massas teriam a potencialidade revolucionária, enquanto as superestruturais tenderiam a deformar o processo, tornando o governo reformista, burocrático e paternalista. O presidente do PS reconhecia que a radicalização política não poderia ser resultante da ação espontânea dos trabalhadores da cidade e do campo, por isso, dizia-se categoricamente contrário às apropriações indiscriminadas de propriedades urbanas,

prédios agrícolas, fábricas, minas, edifícios públicos ou privados. Na prática, essas orientações não passaram de retórica.

Altamirano afirmou, na década de 1980²⁰, que o poder popular foi estruturado à margem das organizações da classe operária – CUT, sindicatos, confederações camponesas, etc. – e havia preenchido um vazio deixado por essas organizações. Aqui está justamente uma das grandes contradições entre socialistas e comunistas, já que estes criticaram insistentemente a possibilidade de dividir o movimento operário em função, principalmente, da organização dos *Cordones Industriales*.

Essas diferenças de conceituação do poder popular refletem as diferenças políticas entre os dois principais partidos da UP. Fato que Allende pronunciava como gravíssimo, uma vez que explicitava as divergências na condução dos movimentos sociais e na base do governo.

Após essa discussão do significado do poder popular no Partido Socialista, podemos afirmar que seu conceito esteve intrinsecamente relacionado não só com a conjuntura política, mas, principalmente, com a estratégia do partido e de suas lideranças, que não renunciaram às suas tradições edificadas no período anterior à UP. É notório que a posição de Allende, membro do Partido Socialista, era mais conciliadora do que a do próprio Partido. No entanto, este acabou por encerrar sua retórica rupturista em si mesma, não dando consequência prática aos discursos mais radicais simbolizados na figura de Altamirano. A falta de uma resistência armada mais organizada ao próprio golpe de setembro de 1973 demonstrou a fragilidade do discurso e da prática políticas desses setores. Não havia armas e muito menos preparação militar para que, organicamente, o partido impulsionasse a radicalização do processo ou mesmo a resistência ao golpe.

Notas:

¹ MARQUÉZ, Luis Corvalán. *Del anticapitalismo al neoliberalismo em Chile*. Santiago: Sudamericana, 2001, p. 157-170.

² *Declaración de Principios del Partido Socialista*, 1933. Disponível em: <www.bcn.cl.> Acesso em: 10 de julho de 2016.

³ *Ibid.*, p. 1.

⁴ PINTO, Julio (Org.). *Cuando Hicimos Historia*. La experiencia de la Unidad Popular. Santiago: LOM, 2005.

⁵ JOBET, Julio Cesar. *El Partido Socialista de Chile*. Tomo II. Santiago: Ediciones Prensa Latinoamericana, 1971.

⁶ Programa da Unidade popular, 1969, mimeo.

⁷ Ibid., p. 14.

⁸ Ibid., p. 17.

⁹ QUIROGA, Patrício (Org.). *Salvador Allende: obras ecogidas, 1970-1973*. Barcelona: Crítica, 1989, p. 20.

¹⁰ Discurso pronunciado no 1º de maio de 1971. In: QUIROGA, Patrício (Org.). *Salvador Allende: obras ecogidas, 1970-1973*. Barcelona: Crítica, 1989, p. 67.

¹¹ LUNA, Eva. Allende y Castro: Una entrevista para la Historia de América Latina. In: AUTOR. *Estudios y materiales para la Historia de América Latina 1995-1990*. Valencia: Universitat de Valencia, 1998.

¹² Essas questões foram debatidas e aprovadas em uma reunião plena do PS que ocorreu entre os dias 11 e 13 de junho de 1969. Cf. JOBET, Julio Cesar. Luis *Emilio Recabarren*: los orígenes del movimiento obrero y del socialisme chileno. Santiago: Prensa Latinoamericana S/A, 1955, p. 111.

¹³ Segundo a argumentação de Carlos Altamirano, a linha da Frente de Trabalhadores constituiu a contrapartida natural frente à linha de “libertação nacional” do PC [conhecida como etapista], que estabelecia a necessidade, na etapa democrático-burguesa, de realizar alianças com os partidos da pequena burguesia reformista. ALTAMIRANO, Carlos. *Dialética de uma derrota. Chile 1970-1973*. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 28-29.

¹⁴ JOBET, Julio. *El Partido Socialista de Chile*. Santiago: [sn], 1971, p. 109. Disponível em: www.salvador-allende.cl/bibliografia/ps_jobet.pdf Acesso em: 12. 07. 2016.

¹⁵ ALTAMIRANO, Carlos. *Dialética de uma Derrota*. Chile 1970-1973. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 101-102.

¹⁶ Ibid,p.103.

¹⁷ FARIAS, Víctor. *La izquierda Chilena (1969-1973): documentos para el estudio de su línea estratégica. Tomos I a VI*. Santiago: CEP: 2001, p. 3333.

¹⁸ FARIAS, Víctor. Op. Cit., p. 3334.

¹⁹ ALTAMIRANO, Carlos. Op. Cit., p. 102-103

²⁰ Ibid., p. 104.